



ACESSIBILIDADE E SUA LEGISLAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES

Luana Honório de Moura¹
Martha Priscila Bezerra Pereira²

Monografia de graduação (início da pesquisa)

RESUMO: A acessibilidade é um direito do cidadão assegurado por lei para que tanto as pessoas portadoras de deficiência quanto àquelas que não possuem nenhum tipo de necessidades especiais tenham a possibilidade de usufruir de recursos e ações no âmbito social. Barreiras arquitetônicas interferem primordialmente na vida de pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial podendo deixá-los a parte da convivência e vida social. O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão da literatura sobre o termo acessibilidade e sua aplicabilidade à Geografia no contexto das universidades. O estudo centra-se na análise geográfica das condições arquitetônicas das unidades que compõem principalmente os campus universitários, observadas as normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e realização de intervenções. Foram buscados nos textos: pontos de guias não rebaixadas, pontos de acessos com diferenças de níveis sem rampas; escadas/rampas sem corrimãos; escadas/rampas com corrimãos em discordância com as normas vigentes; rampas com inclinações superiores às determinadas nas normas técnicas; banheiros parcialmente adaptados para deficientes; vagas de estacionamento parcialmente adaptadas e os elevadores existentes. Essas intervenções, quando realizadas, contribuem primordialmente para melhorar a acessibilidade de portadores de deficiência nos campus favorecendo a utilização dos recursos existentes neste espaço público.

¹ Aluna do curso de Licenciatura em Geografia/ Unidade Acadêmica de História e Geografia (UAHG) Universidade Federal de Campina Grande (UFCG – campus I). E-mail: Luana_moura2007@hotmail.com

² Geógrafa. Profa. Dra. do curso de Licenciatura em Geografia/ UAHG/UFCG – Campina Grande –PB. E-mail: mpbcila@yahoo.com.br



PALAVRAS-CHAVES: acessibilidade; inclusão social; legislação brasileira; espacialização.

INTRODUÇÃO

Em um passado recente, o ser diferente era percebido como um incômodo social. Atualmente, considerando-se que a diferença é inerente ao ser humano, sendo a diversidade reconhecida como algo natural em que cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, surge o conceito denominado Inclusão. *“Este é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos”* (MANTOAN apud MADER, 1997).

Nos dias atuais a temática “acessibilidade” tem sido alvo de inúmeras discussões, muitos são os estudiosos que cansados dos diálogos sem retorno buscam no meio científico um socorro até então negado pela sociedade. Tais discussões começam a ser percebidas a partir da década de 90, momento em que a população efetivamente sai às ruas em busca de uma possível melhoria, no entanto foi em meados do ano de 2000 que o governo pressionado pelo movimento popular começa a criar normas que beneficia esta particularidade havendo neste contexto, uma mudança de paradigma.

A Constituição Federal de 1988 (apud FADERS, 2006) afirma em seu artigo 5º, inciso XV que: *“é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;”* o que garante a todos os cidadãos o direito de ir e vir. Todo cidadão tem potencialmente a capacidade de acessar aos mais diferentes locais de um determinado lugar dentro do território nacional, de forma a satisfazer as suas necessidades básicas (FLORIPA ACESSÍVEL, 2005).

Diante disso, como já foi citado anteriormente, sob pressão popular o governo teve que ceder a essa parte da população, esta que possui algum tipo de necessidade especial, o que implicou na criação de normas. Pois bem, dentro dessa perspectiva foram criadas leis que contribuíram para a problemática “acessibilidade” mas que atualmente parecem escassas.



A trajetória histórica mostra que a pessoa com deficiência sempre foi marginalizada pela deficiência por se entender que estaria associada à doenças contagiosas, castigos divinos, punições por faltas ou crimes, pecados dos pais, etc. A Bíblia cita várias passagens sobre a marginalização e o uso de termos variados como: *“Uma multidão o rodeou trazendo consigo coxos, aleijados, cegos, mudos...”* (Mateus 15, 30) e *“Trouxeram um paralítico carregado por quatro homens”* (Marcos 2, 3). Os variados títulos atribuídos às pessoas com algum tipo de deficiência foram considerados adequados a cada época que os empregou. Percebe-se que apesar da evolução da sociedade brasileira, as pessoas com deficiência mesmo assim, passaram por mobilizações para garantir igualdade em seus direitos e contestar as expressões utilizadas para definir a terminologia mais aceita.

Vários foram os termos atribuídos aos conceitos de “acessibilidade” e “deficiência” sendo cada especificidade debatida até os dias atuais. Todavia, seu significado em si por incrível que pareça é simplesmente trabalhoso onde, na realidade, a utilização do termo “deficiência” notadamente, é um conceito mais ligado às pessoas que tenham algum tipo de mobilidade reduzida ou com limitações temporárias e permanentes, que são as chamadas “Pessoas com Necessidades Especiais”.

No entanto, a pesquisa tem a intenção de analisar, conhecer e explorar a questão de acessibilidade na UFCG, campus I-Campina Grande/PB a fim de relatar a legislação sobre acessibilidade no Brasil e como este termo é entendido nesse universo levando em consideração uma análise do nível de acessibilidade nos espaços da Universidade Federal de Campina Grande-campus Campina Grande-PB levando como pressuposto a locomoção e a facilidade ou não de acessibilidade a fim de identificar os locais que possuem maiores paradigmas e/ou problemas relacionados a essa problemática. No entanto, para este trabalho, o objetivo foi realizar uma revisão da literatura sobre o termo acessibilidade e sua aplicabilidade à Geografia.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando atingir o objetivo do trabalho este texto baseou-se em levantamento bibliográfico tanto para as questões conceituais e metodológicas quanto para uma análise do que vem a ser discutido na atualidade.

Para realizar a revisão da literatura sobre acessibilidade, foi realizado um levantamento sites acadêmicos no Google Acadêmico a partir de frases e palavras-chaves. As palavras-chaves para busca nos sites foram: conceito acessibilidade; acessibilidade universidade; legislação acessibilidade; inclusão social; conceito acessibilidade Geografia.

O levantamento bibliográfico das questões conceituais e metodológicas abrangeu as políticas públicas e legislação voltadas para a acessibilidade, seus conceitos e metodologias para se entender o desenvolvimento dessas propostas no ambiente universitário. Teve-se como pressuposto de aproveitamento a relação contida na primeira página da listagem devido considerar-se que estes trabalhos seriam os mais relacionados à temática trabalhada.

Inicialmente foi escolhida a palavra “acessibilidade” como foco principal voltado para o planejamento urbano de modo a identificar áreas com desigualdades na oferta de infraestrutura básica e à qualidade de vida dos cidadãos, sendo dois documentos listados com essa temática (GOTO, 2000; VASCONSCELOS, 2000), logo após foram destacadas as frases “qualidade de serviços de transporte” e “a acessibilidade deveria ser o tópico central de uma medida de qualidade de vida”, sendo encontrado em três trabalhos (HANDY 1992; RAYA Jr, 2000; BACIL, FADER, FLORIPA ACESSÍVEL, MADER ET AL, 1995). Em seguida inseriu-se as frases “não é fácil definir acessibilidade em termos precisos e quantitativos”, “acessibilidade sócio-organizacional e geográfica”, “grau de ajustes entre clientes e o sistema de saúde”, “pessoas com necessidades especiais”, “a globalização, tal como vem sendo apresentada, só pode ser entendida como uma fábula perversa, pois onde ela se instala cria todo tipo de desordem” e “Os estudos de caso buscam retratar a



realidade de forma completa e profunda” (VICKERMAN, 1974; DONABEDIAN, AT AL PENSHANSKY THOMAS JW, 1973; ROSA, 2003; SANTOS, 1993; LUDKE ET AL ANDRÉ, 1986), resultando em 10 trabalhos, um número que foi considerado bom para proceder esta análise.

De modo geral, foram lidos todos os artigos referentes à primeira palavra. A partir do que foi observado organizou-se uma lista de temas relacionados à essa temática principal.

Como forma de organizar melhor este material foi realizada uma análise de conteúdo. Esta, de acordo com Bauer (2002) seria uma técnica que tem por meta produzir inferências de um texto focal e objetivá-la para um determinado contexto social.

Como já observado no item anterior, a utilização do conceito de acessibilidade a partir da observação das localidades que possuem essa problemática, tem se prestado como uma ferramenta para a observação e análise de tipos de conhecimentos geográficos diferenciado. Algumas das habilidades possíveis de serem visualizadas são: facilidade de localização dos espaços, manuseio e elaboração de mapas, uso de conceitos como o lugar, espaço, paisagem e território, conhecimento próximo de problemas sociais e diferenciações de áreas, entre outros.

RESULTADOS

Apesar de existirem poucos trabalhos relacionados ao tema na Geografia, a restrição à frase “acessibilidade e sua legislação” fez com que apenas 10 documentos estivessem presentes nesta lista, entre estes documentos estavam artigos e resumos de artigos especializados.

Dentre estes artigos foram observados uma série de problemas de acessibilidade nos ambientes universitários. Esses problemas foram postos em uma relação para a análise da distribuição dos tipos de competências e habilidades localizadas nesses ambientes públicos, como também para examinar de que forma se desenvolveu tal problemática, além de entender o papel e a importância desempenhadas pelas universidades através de suas



competências e o papel das políticas públicas no desempenho destes (quadro 1).

QUADRO I
RELAÇÃO DOS PROBLEMAS DE ACESSIBILIDADE NOS AMBIENTES
UNIVERSITÁRIOS.

Características Destacadas	ARTIGO									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Conhecimento da área										
Trabalho com as pessoas que não possuem nenhum tipo de necessidade especial										
Percepção do risco										
Percepção da paisagem										
Domínio conceitual										
Trabalhos educativos										
Transporte de informações										
Compromisso										
Conhecimentos gerais										

Pois bem, foi analisado que algumas das problemáticas que cercam as localidades de uso público obedecem a parâmetros como conhecimento da área adscrita, percepção do risco e domínio conceitual que nos leva a desenvolver um tipo de conhecimento geográfico, uma vez que para se entender uma área de risco tem-se que fazer uma leitura da paisagem, além de entender os conceitos relativos a ela.

Esses conhecimentos são resultantes da vivência das pessoas nestes locais diretamente com os problemas sociais e de saúde dessas pessoas uma vez que é afetado o psicológico desse indivíduo que convive com o problema da acessibilidade, notadamente as pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial, pedindo socorro a uma outra sociedade que até então os marginaliza sem nada fazer, onde acabam por se tornarem combatentes dos mesmos, o que acaba por caracterizar sua importância diante desta sociedade que a exclui. A legislação brasileira relacionada à



acessibilidade em ambientes públicos aparece neste sentido como resultado de políticas públicas voltadas a promoção de lugares acessíveis sendo vistos como propagadores de soluções para a melhoria de vida da sociedade em geral, não sendo delimitada apenas uma tarefa específica para o desenvolvimento de suas funções, tendo assim a legislação que lidar com situações inesperadas, o que acaba por construir outro tipo de competência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura apresentada faz parte da pesquisa inicial referente ao projeto “Acessibilidade e sua legislação: o caso da UFCG – Campus I – Campina Grande ” o qual este trabalho constitui-se a primeira parte da pesquisa.

Nesta pesquisa foi observado que a acessibilidade é notoriamente observada na atualidade, principalmente quando se diz respeito aos espaços públicos como as universidades uma vez que este problema passa despercebido por uma parte da sociedade em que os deficientes como sujeitos ativos lidam diretamente com os problemas de acessibilidade, auxiliando não só na quebra de paradigmas para amenizar essa problemática lutando por seus direitos como também lutam para o bem-estar-social como um todo. As pessoas com necessidades especiais buscam ainda através da legislação federal brasileira a promoção de seus direitos no país, precisando de reconhecimento e de uma delimitação de funções através da estruturação e organização dos programas e políticas públicas de que necessitam e de que devem ser colocadas em prática.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9050. ABNT. 2. Ed. Rio de Janeiro. 2004. 97p.

BACIL, Maristela Kosak/ WATZLAWICK Luciano Farinha. In:” Análise da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida no parque aquático, Irati-PR”.



BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 516p, p. 189 – 217.

BÍBLIA SAGRADA. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DIRETORIA-GERAL PORTARIA nº 56, de 22/03/2011. Diretrizes e Objetivos da Política de Acessibilidade da Câmara dos Deputados. Lei 10.098/2000; Decreto 5.296/2004. **Acessibilidade**: Decreto n.º 5.296/2004 – Lei n.º 10.048/2000 – Lei n.º 10.098/2000. Senado Federal. Brasília, 2005. 51 p.

“Constituição (1988)”. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização dos textos por Juarez de Oliveira. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 1993 (Coleção Saraiva de Legislação).

DONABEDIAN A. Aspects of medical care administration. Boston: Harvard University Press; 1973.

FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul. **Legislação**. 2006. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao.php>>. Acesso em 09 mar. 2006.

FLORIPA ACESSÍVEL. O que é acessibilidade? Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana Brasil Acessível. Caderno 2, 2005. Disponível em: <<http://www.ipuf.sc.gov.br/floripaacessivel/index.htm>>. Acesso em 10 mar. 2006.

GOTO, Massa (2000) – Uma Análise de Acessibilidade sob a Ótica da Equidade – O Caso da Região Metropolitana de Belém. São Carlos. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

HANDY, Susan L. (1992). Regional versus local accessibility. Neo-traditional development and its implications for non-work travel. *Built Environment*, v.18, n.4, p. 253-267.

HANSON, S. (1995) – Getting there: urban transportation in context. In: Hanson, S., ed The geography of urban transportation. New York/London, The Guilford Press., p. 3-25.

LÜDKE, Menga e **ANDRÉ**, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. Cortez, 1996. E.P.U. 99 p.

MADER, Gabriele. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**, In: MANTOAN, Maria Tereza. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC: 1997. 238 p.

PENCHANSKY DBA, THOMAS JW. The concept of access – definition and relationship to consumer satisfaction. *Med Care* 1981; 19:127-40.

RAIA, Jr., Archimedes Azevedo (2000) – Acessibilidade e Mobilidade na Estimativa de um Índice de Potencial utilizando Redes Neurais Artificiais e



Sistemas de Informações. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

ROSA, Enio Rodrigues da; **CARDOSO**, Maria Filomena André; **CABRAL** Nelson. Governo Municipal de Cascavel. Secretaria de Ação Social. Conselho Municipal de assistência Social. **Pessoa com Deficiência: Reformulando conceitos e valores**. Cascavel: Governo Municipal, 2003.

SANTOS, Milton; “O Espaço do Cidadão”. São Paulo: Nobel, 1993 (Coleção Espaços).

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara (2000) – Transporte Urbano nos Países em Desenvolvimento: Reflexões e Propostas. São Paulo: Annablume.

VICKERMAN, R.W. (1974) – Accessibility, attraction, and potential: a review of some concepts and their use in determining mobility. *Environment Planning A*, v.6, n.6, p. 675-691.